

 <b>PMMS</b>	<p style="text-align: center;"><b>LAVRATURA DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO</b></p>	<b>PROCESSO:</b> 3.07	
		<b>PADRÃO:</b> 3.07.09	
		<b>ESTABELECIDO</b> 25/10/2019	<b>EM:</b>
<b>NOME DO PROCEDIMENTO:</b> Registro de acidente de trânsito com vítima fatal (óbito). <b>RESPONSÁVEL:</b> Policial militar.		<b>REVISADO EM:</b> 02/04/2020	
<b>ATIVIDADES CRÍTICAS</b>			
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Falta de conhecimento básico de informática.</li> <li>2. Falta de preenchimento de dados obrigatórios exigidos pelo sistema.</li> <li>3. Falta de acesso à internet e de equipamento eletrônico para registro e/ou a impressão do BOAT (BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO).</li> </ol>			
<b>SEQUÊNCIA DE AÇÕES</b>			
<p><b>Procedimento do Policial Militar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Atendimento no local pela guarnição.</li> <li>2. Solicitar a presença da polícia judiciária (delegado de polícia) para fins de acionamento da perícia técnica, conforme Manual do Operador de Segurança Pública/SEJUSP MS 2009.           <ol style="list-style-type: none"> <li>2.1 Solicitar a presença da polícia judiciária militar (oficial de serviço), caso envolva veículo militar para acionamento de perícia técnica, conforme Art. 9º do Código Penal Militar (CPM).</li> </ol> </li> <li>3. Não comparecendo no local do acidente de trânsito a polícia judiciária ou a perícia técnica, informar na descrição do acidente o nome do delegado de polícia responsável.</li> <li>4. Preservar o local do acidente de trânsito para Perícia Técnica realizar os procedimentos cabíveis.</li> <li>5. Registrar a ocorrência na modalidade “No Local”, inserindo no SISBOAT (SISTEMA DE REGISTRO DE BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO) com o respectivo CROQUI e declaração do envolvido.</li> <li>6. Não sendo possível o registro no SISBOAT no local do atendimento da ocorrência, realizar no formulário de preenchimento de registro de acidente de trânsito “manual” e no primeiro momento inserir no referido sistema.</li> <li>7. O CROQUI deverá ser confeccionado mesmo se os veículos envolvidos tiverem sido retirados do local (descaracterizado), pois deverá conter outras informações pertinentes ao acidente de trânsito para subsidiar os processos judiciais e/ou administrativos.</li> </ol>			

8. Quando socorrida umas das partes e impossibilitada sua identificação no local do acidente, os dados deverão ser coletados na unidade de saúde ou instituição que prestou o atendimento de socorro.
9. Lavrar o BO (BOLETIM DE OCORRÊNCIA) criminal e encaminhar a **delegacia de polícia**.
10. Oferecer o teste do etilômetro e anexar ao BO o resultado do mesmo. (Ver o PROCESSO 6.06 – “HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR”).

#### **POSSIBILIDADES DE ERRO**

1. Registrar outra modalidade de BOAT, diferente do procedimento em epígrafe.
2. Solicitar ou exigir qualquer valor para realizar a liberação do BOAT aos envolvidos.
3. Registrar no SISBOAT dados divergentes ou a ausência destes nos campos obrigatórios.
4. Retirar os veículos do local (descaracterizar) e não colher os vestígios e as medições necessárias do CROQUI.

#### **RESULTADOS ESPERADOS**

1. Que as partes envolvidas retirem o BOAT para as devidas demandas ou necessidades.
2. Correta realização do preenchimento para gerar estatísticas confiáveis.
3. Realizar o levantamento da ocorrência de forma isenta e imparcial.

#### **AÇÕES CORRETIVAS**

1. Possuir antecipadamente login e senha para acessar o SISBOAT e registrar a ocorrência de acidente de trânsito.
2. Realizar o registro no SISBOAT conforme dados colhidos no local do acidente de trânsito, preenchendo no mínimo os campos obrigatórios.

#### **REFERÊNCIAS, DOUTRINAS E LEGISLAÇÕES**

1. NBR 10697 de junho de 1989 - Pesquisa de acidentes de trânsito.
2. NBR 12898 de novembro de 1993 - Relatório de Acidente de Trânsito.
3. Manual do Operador de Segurança Pública/Comissão Técnica, Resolução SEJUSP nº 453/2009 – Campo Grande – MS: Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado Mato Grosso do Sul – SEJUSP/MS.2009.
4. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro):  
**Art. 302. Praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor:**

§ 3o Se o agente conduz veículo automotor sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência:

Penas - reclusão, de cinco a oito anos, e suspensão ou proibição do direito de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

5. Lei estadual 1.810 de 22 de dezembro de 1997 - Dispõe sobre os tributos de competência do Estado e dá outras providências.
6. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).
7. Lei nº 1.888, de 23 de julho de 1998 - Dispõe sobre prestação de informações às vítimas e familiares de acidentes de trânsito, através do Boletim de Ocorrência.
8. Lei complementar estadual de nº 190 de 04 de abril de 2014.
9. Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974 - Dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.
10. Resolução do Contran nº 544, de 19 de agosto de 2015, Estabelece a classificação de danos decorrentes de acidentes, os procedimentos para a regularização, transferência e baixa dos veículos envolvidos.
11. Resolução do Contran nº 607, de 24 de maio de 2016, Estabelece o Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito – RENAEST e dá outras providências.

ELABORADOR:	APROVADO:
<b>FRANCO ALAN DA SILVA AMORIM</b> – TC QOPM. <b>WILLIAN SILVA DO NASCIMENTO</b> – CAP QOPM. <b>MARCOS BEZERRA DA SILVA</b> – TEN QAOPM. <b>DANIELA FERNANDEZ DOS SANTOS</b> – ST QPPM. <b>SANDRA APARECIDA DA SILVA ALMEIDA</b> – 1º SGT QPPM. <b>PAULO HENRIQUE DA SILVA LEITE</b> - SD QPPM.	<hr/> Comandante-Geral da PMMS
REVISADO POR:	APROVADO:

<p><b>FRANCO ALAN DA SILVA AMORIM – TC QOPM.</b>  <b>WILLIAN SILVA DO NASCIMENTO – CAP QOPM.</b>  <b>IDACIO LOPES RIQUELME- TEN QOPM</b>  <b>WALDOMIRO VARGAS JUNIOR- TEN QAOPM</b></p>	<p>_____  Waldir Ribeiro Acosta – Cel QOPM  Comandante-Geral da PMMS  Mat. 38837021</p>
<p><b>RELAÇÃO DAS PÁGINAS E TÓPICOS ALTERADOS:</b></p>	<p><b>DIFUSÃO:</b></p>
<p>SEQUENCIA DE AÇÕES item 9;  REFERÊNCIAS, DOUTRINAS E  LEGISLAÇÕES item 4.</p>	<p><b>PUBLICO INTERNO</b></p>
<p><b>ESCLARECIMENTOS:</b></p>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. No atendimento no local pela PMMS que não for possível coletar os dados do veículo e/ou das partes, deverá ser registrado (B.O, parte diária, relatório de serviço...) o motivo da impossibilidade de registro do BOAT.</li> <li>2. Poderá ser realizada a complementação do BOAT quando chegar ao conhecimento da administração fatos novos pertinentes ao registro realizado, após parecer favorável do policial que realizou o registro.</li> <li>3. Existindo solicitação, das partes envolvidas, de alteração, complementação ou exclusão do texto original no BOAT, deverá o atendente entregar ao solicitante o requerimento de solicitação de alteração ou inclusão de dados, conforme modelo do procedimento do formulário de preenchimento de registro de acidente de trânsito, imagem 12. Deferido, confeccionar a certidão de alteração do BOAT, conforme modelo do procedimento supracitado, imagem 14, com os fatos novos.</li> <li>4. Na impressão do BOAT deverão constar o croqui e a declaração. Existindo ainda, deverão constar a certidão de alteração de documento, requerimentos, imagens e outros.</li> </ol>	

5. O registro do BOAT no local é confeccionado pelo Policial Militar independente de ser agente da autoridade de trânsito, conforme art. 2º, Inciso XIII da lei complementar estadual de nº 190 de 04 de abril de 2014.
6. Na impressão do BOAT, as partes são isentas da cobrança da DAEMS, conforme previsão legal da Lei estadual nº 1.888, de 23 de julho de 1998.
7. A entrega do BOAT ao solicitante deverá conter a assinatura do chefe/comandante ou pessoa autorizada, sendo a assinatura do atendente no canto inferior direito de cada página e do chefe/comandante/pessoa autorizada na última página “Assinatura Chefe”.